

Ipea

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Panorama das inovações na pesquisa agrícola no Brasil: o sistema de propriedade intelectual

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
Adriana Carvalho Vieira

Brasília, março de 2012

Introdução

- O marco regulatório que se constituiu é responsável pela incorporação de novas tecnologias associadas a um padrão mais intensivo em ciência, que redefine o conjunto de investimentos que se dirigem ao setor agropecuário no Brasil.
- Desde a promulgação da LPC, os mecanismos de proteção à propriedade intelectual tornaram-se fundamentais para a coordenação e gestão da pesquisa agropecuária e para o fortalecimento do aspecto institucional da pesquisa pública.

Objetivo

- O presente artigo tem por objetivo estudar o impacto da regulamentação do sistema de propriedade intelectual na pesquisa do setor agropecuário e no número de cultivares protegidas no mercado nacional.

Fases da pesquisa agropecuária no Brasil

Até 1900

- Ausência de pesquisa e desenvolvimento
- Baixa Competitividade no mercado internacional
- Tradicionalmente monoexportador
- Destaque para a cana-de-açúcar e o café, além da pecuária extensiva

Entre 1900 e 1973

- Início da pesquisa aplicada brasileira
- Desenvolvimento isolados e desordenados
- Baixíssimos níveis de investimentos em P&D
- Aumento da competitividade no mercado internacional
- Início da diversificação da pauta de exportação agropecuária
- Primeiras exportações de mudas e sementes

Era Embrapa

- Planejamento e gestão por diretrizes nas pesquisas e desenvolvimento agropecuário
- Desenvolvimento de capacidade de mão-de-obra empregada na pesquisa
- Início da participação privada na pesquisa agropecuária
- Busca sistemática por recursos financeiros para pesquisa
- Alta competitividade internacional
- Avanço na transferência de tecnologia aos produtores
- Pauta de exportação diversificada

TABELA 1
Múltiplas instituições dedicadas à promoção do melhoramento genético no Brasil

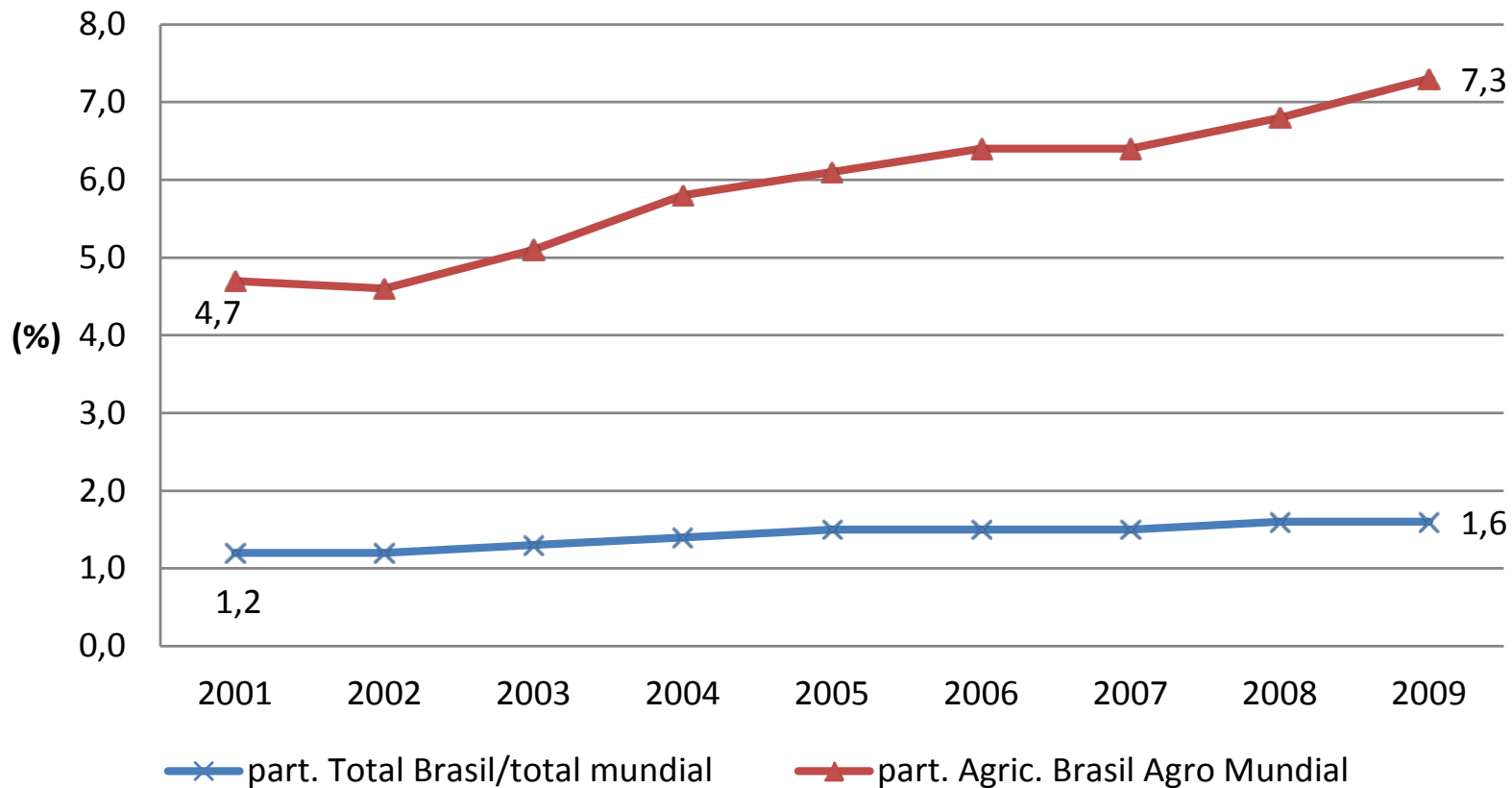
Instituições	Ano
Fundação do Instituto Agronômico de Campinas (IAC)	1887
Primeira escola de agricultura e medicina veterinária	1898
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)	1901
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	1908
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1927
Instituto Agronômico de Minas Gerais	1930
Criação da primeira empresa de sementes no Brasil (Agroceres)	1938
Criação do Serviço Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)	1940
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	1951
Criação da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)	1962
Início da Pós-graduação na ESALQ	1963
Criação da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (ABRASEM)	1971
Criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	1973

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 1

Participação das exportações da economia brasileira no mercado mundial

CODE

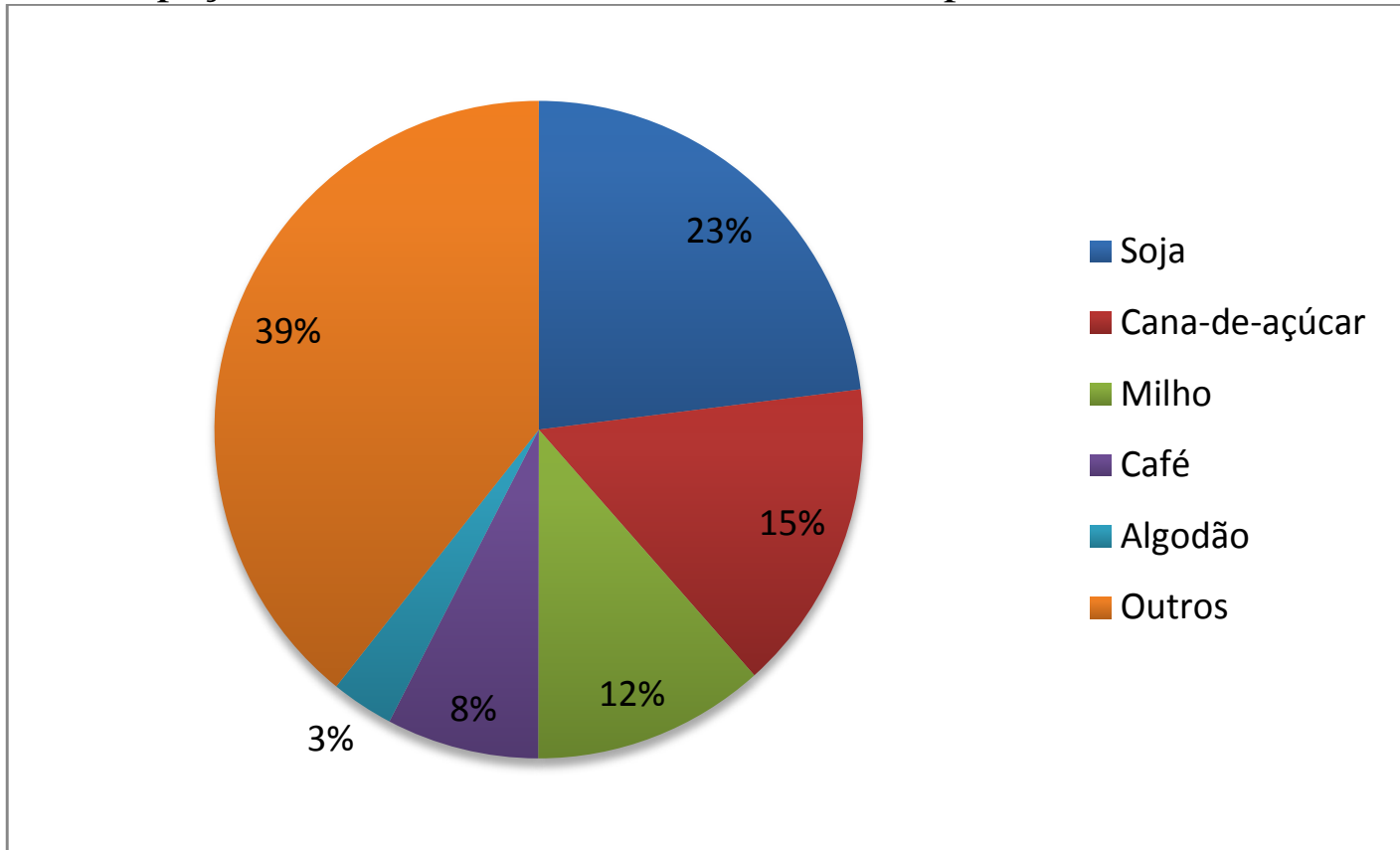


Fonte: elaboração própria a partir dados MAPA (2012).

GRÁFICO 2

Participação média do valor dos cultivos entre o período de 1998 a 2012

CODE



Fonte: LSPA-IBGE (2011).

TABELA 2

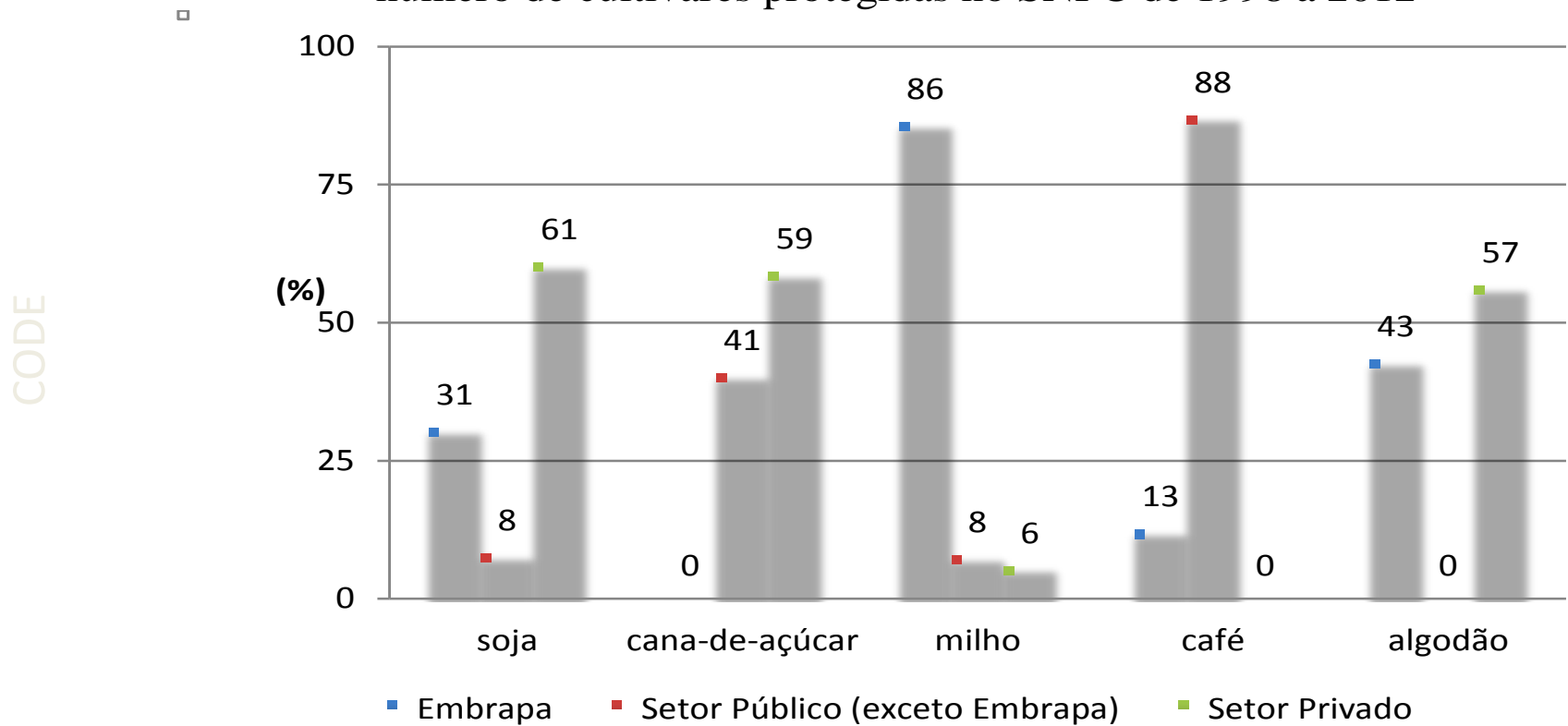
Número acumulado de cultivares protegidas no SNPC no Brasil de 1998 a 2012

	1998	2001	2004	2007	2010	2012 (a)	Embrapa (2012) (b)	Participação Embrapa (%) (b/a)
Soja	39	94	179	302	442	539	158	29,3
Cana-de-açúcar	6	32	51	71	90	110	0	0,0
Milho	0	17	28	32	49	51	44	86,3
Café	0	0	0	6	7	8	1	12,5
Algodão	1	11	30	48	56	60	28	46,7
Outros	5	55	169	352	673	940	342	36,4
Total	51	209	457	811	1317	1708	415	24,3

Fonte: MAPA/SNPC (2012)

GRÁFICO 3

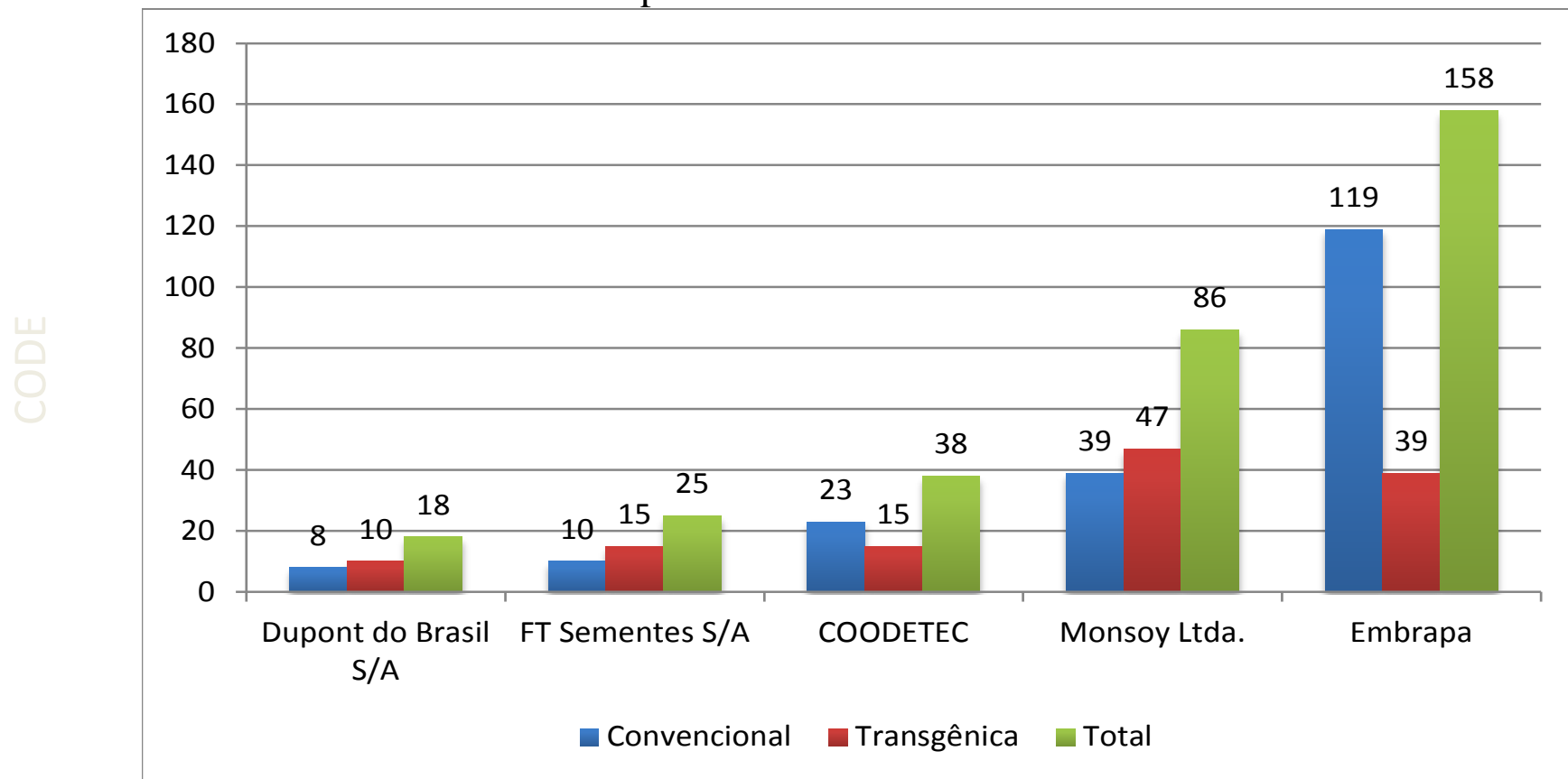
Participação do setor público (Embrapa e demais instituições públicas) e privado no número de cultivares protegidas no SNPC de 1998 a 2012



Fonte: MAPA/SNPC (2012).

GRÁFICO 4

Número de cultivares protegidas de soja (convencionais e transgênicas) pelas principais empresas detentoras 1998 a 2012



Fonte: elaboração própria a partir dos dados SNPC (2012)

Considerações finais

- Desde a promulgação da LPC, os mecanismos de proteção à propriedade intelectual tornaram-se fundamentais para a coordenação e gestão da pesquisa agropecuária e para o fortalecimento do aspecto institucional da pesquisa pública, bem como para o incentivo das parcerias público privadas, ou mesmo entre empresas nacionais e multinacionais.

CODE

Pode-se inferir que são funções da propriedade intelectual:

- garantir o investimento de longo prazo em P&D;
- proteger o novo conhecimento e as inovações tecnológicas;
- ser fonte de informações estratégicas;
- atrair e potencializar investimentos em áreas estratégicas; e
- manter a segurança jurídica ao ambiente de negócios, que envolvem ativos intangíveis.

Contato permanente

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diset/Ipea e Professor da Universidade de Brasília (UnB).

jose.vieira@ipea.gov.br

Adriana Carvalho Pinto Vieira

Professora da Universidade Extremo Sul Catarinense (UNESC) e Pesquisadora Colaboradora do INCT/PPED/UFRJ.

dricpvieira@gmail.com